

Jornal **BANCÁRIO**

Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro
Ano LXXXVI 8 e 9/3/2016 - Nº 4928 - www.bancariosrio.org.br

CUT

SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DO RIO DE JANEIRO

CONTRAF



8 de Março/2016
Dia Internacional da Mulher!

Todo PODER às Mulheres!

Contra a Reforma da Previdência

Ratificação das Convenções 156 e 189 da OIT

Educação não discriminatória que respeite as diversidades

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Em defesa da Democracia



CUT BRASIL

8 de Março: dia de luta contra a reforma



Criado para ser uma data de protestos contra a desigualdade entre gêneros e a violência, o Dia Internacional da Mulher (8 de março) é também para comemorarmos as conquistas alcançadas pelas mulheres do mundo inteiro ao longo da história, tais como o direito ao voto, maior participação no mercado de trabalho e na política, além da aprovação de leis mais duras contra agressões, como é o caso da Lei Maria da Penha, no Brasil.

Este ano temos ainda a tarefa de denunciar a tentativa de retirada de direitos previdenciários. O governo propõe uma reforma da Previdência

que pretende criar a idade mínima de 65 anos para a concessão da aposentadoria a mulheres e homens. Hoje, a mulher pode aposentar-se com 30 anos de contribuição e o homem com 35. Por idade, a mulher com 60 anos e o homem com 65.

A mudança é nociva e atinge mais as pessoas que começaram a trabalhar mais cedo, principalmente as mulheres. Atualmente, vale a fórmula 85/95. Para as mulheres, a soma da idade mais o tempo de contribuição deve atingir 85 pontos. Para os homens, 95 pontos. Assim, uma trabalhadora que completar 30 anos de contribuição e 55 anos de idade pode aposentar-se. Se a reforma for aprovada, terá que esperar mais 10 anos!

Ora, estão querendo jogar sobre nós, trabalhadoras, e também sobre os trabalhadores, os custos de uma crise que não fomos nós que criamos. E querem resolver este problema retirando direitos, em vez de, por exemplo, criar o imposto sobre grandes fortunas e o imposto de renda progressivo, com percentuais maiores, quanto maior a renda e o lucro. Os bancos, por exemplo, não podem continuar pagando proporcionalmente menos imposto que a pessoa física. Têm que pagar mais.

No nosso dia e nas manifestações durante todo o ano nós, bancárias, devemos ir para as ruas dizer não à reforma da Previdência, à aprovação do projeto de lei que escancara as terceirizações (PLS 30) e ao que prepara a privatização das estatais (PLS 555). Mas também dizer não à violência doméstica e exigir igualdade de oportunidades e salários iguais

Adriana Nalesso - Presidenta do Sindicato

BOTEQUIM BANCÁRIO EM HOMENAGEM AO DIA DAS

Mulheres

Dia 11 de Março
a partir das 18h30

show com a cantora **JÔ BORGES**
lançamento do CD - entrada franca

Auditório do Sindicato
Av. Presidente Vargas, 502, 21º andar

Apresentação: Marco Aurélio Hamelin
Organização: Secretaria de Cultura
e Secretaria de Políticas Sociais

cada grupo de quatro bancárias sindicalizadas um botequim com seis latinitas de farinha de mandioca

BANCÁRIO

Presidente: **Almir Aguiar** - Sede - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - Sede Campestre - R. Miratáia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - Subseção de Campo Grande: Rua Viúva Dantas, 659, CEP: 23052-090

- Campo Grande - Tel.: 2415-0725-2415-0159 - Secretaria de Imprensa (Imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Itaú/Unibanco), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redatores: José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Estagiária: Roberta Ohanna Braga - Revisor: João Luiz Pacheco - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretário de Imprensa: Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36 - Benfica - Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 23.000



No mês das mulheres, as diretoras do Sindicato convocam as bancárias para lutar

Não ao machismo



O ano de 2016 será decisivo para a História do Brasil. Após a apertada vitória de Dilma nas urnas, em 2014, uma intensa disputa política tomou conta do país. Derrotada pela quarta vez seguida, a direita não aceita o resultado das urnas e busca, via golpe, reverter a decisão soberana do povo brasileiro.

Nos ataques à presidenta Dilma também podemos ver, além da questão política, um forte componente machista. Adesivos contra sua condição de mulher e outras ofensas relacionadas ao gênero feminino fazem parte do repertório raivoso da direita conservadora. Esses

O voto feminino no Brasil

A primeira mulher a votar no Brasil foi Celina Guimarães, nordestina do Rio Grande do Norte, que esteve na vanguarda do movimento feminino pelo direito ao voto. Celina reivindicou sua inclusão no rol de pessoas com direito ao voto, em novembro de 1927, ano em que o Rio Grande do Norte fez vigorar a lei eleitoral do voto sem distinção de sexo. Foi lá, em 1929, que Alzira Soriano foi eleita, na cidade de Lajes, a primeira prefeita do Brasil.

Já em âmbito nacional, as mulheres puderam votar e serem votadas, em

1933, para a Assembleia Nacional Constituinte. De lá para cá, a participação das mulheres só aumentou no universo dos eleitores. Em 2008, elas já eram 51,7% do total de eleitores brasileiros, aumentando para 51,82%, em 2010. Em 2012, 51,9% dos 140 milhões de eleitores. Nesse mesmo ano, 134.296 mulheres se candidataram, tendo sido eleitas 657 prefeitas e 7.630 vereadoras. Apesar disso, a presença da mulher em cargos eletivos é de apenas 10%, enquanto no judiciário a maioria é feminina.

Forma da Previdência



bancárias para lutarem em defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores

ismo e ao golpismo

setores da sociedade, ao mesmo tempo em que atacam a esquerda, avançam contra os direitos das mulheres brasileiras, tentando aprovar propostas absurdas como a proibição da pílula do dia seguinte.

Nós, mulheres trabalhadoras e classistas, não podemos nos iludir com o momento político. Os ataques sofridos pela presidenta Dilma são também direcionados às pautas feministas. Sabemos das graves limitações do governo. Sabemos também que a ruptura democrática abre um precedente perigoso para o avanço das

pautas que podem tirar direitos e fazer regredir todas as conquistas que o povo conseguiu nos últimos 12 anos.

Enfrentar o machismo, o conservadorismo e o golpismo é tarefa das mulheres trabalhadoras classistas. Unidas contra o golpe e pelos nossos direitos, temos a árdua tarefa de frear o avanço reacionário em nosso país e, juntas, construir o terreno para novos avanços.

Katia Branco, secretária da Mulher Trabalhadora da CTB-RJ e diretora do Sindicato dos Bancários

LIVRO

‘Mulheres no Poder’

Trajetória política a partir da luta das sufragistas do Brasil

Dentro dos eventos comemorativos do mês dedicado à luta das mulheres, a Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato programou o lançamento do livro *Mulheres no poder – trajetória política a partir da luta das sufragistas do Brasil*, de Schuma Schumacher e Antonia Ceva.

Dia 16/3, às 18h - Local: Auditório do Sindicato (Av. Presidente Vargas, 502, 21º andar). Venha conferir.

Qual o problema? Eu tomo três tarjas pretas

Por Deise Recoaro*

Estamos nos comemorando o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e quando olho para a categoria a que pertencço, no caso as bancárias, tem uma expressão que não me sai da mente. Ao levantar a preocupação sobre o aumento do uso de antidepressivos entre os bancários, tipo “tarja preta”, com a gerente-geral de uma agência, ela me responde: “Qual o problema? Eu tomo três”... Não sei o que mais me deixa indignada, se é a quantidade de drogas usadas para suportar o ritmo e as cobranças de metas no processo de trabalho; ou se é a indiferença ou a naturalização de um problema que tem levado muitas e muitos trabalhadores à loucura, quando não, à morte.

Não é exagero da minha parte, diversos estudos acadêmicos e as estatísticas oficiais confirmam as denúncias que o movimento sindical vem fazendo em todo o país. Em 2013, do total de afastamento por auxílio-doença, 52% correspondem a doenças causadas por transtornos mentais e do sistema nervoso.

Voltando à figura emblemática desta trabalhadora, me vêm à mente outras questões ainda: a da tão exaltada “competitividade” e do tal do “poder de resiliência” propagadas pelos bancos e especialistas do mundo dos negócios como qualidades para o sucesso profissional.

O investimento na formação e qualificação profissional, em tese, funciona como diferencial numa promoção ou vaga de emprego. Não é à toa que as mulheres em diversas categorias são as mais escolarizadas para poder competir. Porém, pasmem! Na categoria bancária, uma mulher com doutorado recebe em média 56% menos que um homem com o mesmo título nos bancos (segundo pesquisa de Emprego – Desemprego no setor bancário do Dieese). E eu mais uma vez me pergunto: até quando vamos repetir esse triste dado? Até quando vamos ficar nos perguntando: qual o problema?

Tem problema, sim! A origem está na “construção social de gênero”, que, ao longo da história, vem estabelecendo papéis e hierarquizando funções – isso é de menino... aquilo é de menina...

esse trabalho é de homem... aquele é de mulher... esse vale mais... aquele vale menos... Que beneficia os interesses muito restrito de uma elite, pois essas diferenças só servem para engordar ainda mais o capital de quem detém o poder econômico, poder este que tem cor e sexo. Ou seja, é homem e branco. Então qualquer coisa diferente disso cai na vala comum da discriminação: mulheres, população negra, gays e lésbicas, transexuais...

Agora me vem o conservadorismo religioso querendo fazer caça às bruxas com a nossa emancipação dos “quadrinhos” e “rótulos” que sempre nos limitaram e oprimiram, chamando de “ideologia de gênero” um conceito científico (o conceito de gênero) que desnatura a opressão. Mas essa é uma outra faceta da dominação que não será possível tratar aqui. Ainda por trás daquela bancária tem outros dramas e dilemas de sobrevivência no mercado competitivo e totalmente desigual: ser ou não ser mãe, abortar ou não, ficar em casa ou não para cuidar dos filhos... Isso sem falar da violência moral e sexual sofrida quase que diariamente pelas bancárias como insinuações de uso de roupas provocativas para venda de produtos e abordagens sexuais indesejadas em troca de uma promoção ou manutenção do emprego.

Quanto ao tal do “poder de resiliência”, que, segundo o Wikipédia quer dizer “capacidade de o indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas – choque, estresse etc. – sem entrar em surto psicológico”. Os bancos se apropriaram desse termo na maior cara de pau do mundo, para “convencer” seus profissionais que por mais hostil, rude, desumano, violento que, seja seu ambiente de trabalho, só os “bons” conseguem sobreviver e renascer das cinzas para continuar produzindo e gerando riqueza.

Gente, isso não é natural! Não é assim porque Deus quis! É preciso desconstruir essas relações sociais de gênero marcadas pela desigualdade, pela submissão e exploração, para reconstruir novas relações, pautadas na igualdade, no compartilhamento, na distribuição de renda e por ambiente saudável de trabalho.

*Diretora executiva da Contraf-CUT e militante da AMB
Articulação de Mulheres Brasileiras

Sindicato repudia teatro armado para levar Lula a depoimento

O esquema armado, com mais de 300 policiais federais somente para conduzir o ex-presidente Lula, de 70 anos, a depoimento da Lava-Jato recebeu o repúdio de amplos setores da sociedade. Classificaram a ação como um verdadeiro teatro montado para desqualificar o homem que, mesmo distante do cargo há cinco anos, ainda é considerado, até hoje, o melhor presidente que o país já teve por 37% dos entrevistados, em pesquisa Ibope divulgada no final de fevereiro.

Autoridades como o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), condenaram a operação: “Condução coercitiva? O que é isso? Eu não compreendi. Só se conduz coercitivamente, ou, como se dizia antigamente, debaixo de vara, o cidadão que resiste e não comparece para depor. E o Lula não foi intimado. Precisamos colocar os pingos nos ‘is’”, afirmou. E não aceitou as explicações do juiz Sérgio Moro, segundo o qual o esquema de guerra foi montado para assegurar a segurança de Lula. “Nós, magistrados, não somos legisladores, não somos justiceiros”, ensinou: “Não se avança atropelando regras básicas”.

Ministro da Justiça e secretário de Direitos Humanos durante o governo



de Fernando Henrique Cardoso, José Gregori classificou a condução coercitiva de Luís Inácio Lula da Silva como um exagero. O ex-ministro diz que esta medida só é correta caso a pessoa já tiver previamente se recusado a prestar depoimento, o que não aconteceu no caso de Lula. “O que parece é que esse juiz (Sergio Moro) queria prender o Lula. Não teve a ousadia de fazê-lo e saiu pela tangente”, disse Gregori para a BBC Brasil.

Para o Sindicato, o enorme esquema faz parte

de um pesado e poderoso jogo político, do qual fazem parte os partidos de oposição, sobretudo o PSDB e o DEM, os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, as empresas de comunicação, tendo à frente a TV Globo, e o próprio juiz Sérgio Moro. “Não se trata mais de investigar irregularidades na Petrobras, mas de desmoralizar um líder político mundialmente respeitado, com o objetivo claro de criar as condições para eleger, em seguida, um político conservador

para a Presidência da República que coloque em prática um projeto para acabar com direitos dos trabalhadores, flexibilizando a CLT, escancarando as terceirizações, privatizar as estatais e entregar as riquezas do país, em especial o pré-sal, aos grandes grupos estrangeiros, tirando com isto recursos da saúde e da educação, e aumentando os lucros dos especuladores. Não por acaso, na sexta-feira, as ações da Petrobras dispararam no mercado externo. Este projeto

condena o Brasil definitivamente a uma submissão aos interesses do capital internacional”, alertou a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso.

Para a dirigente, é necessário não apenas condenar a operação, mas dar uma resposta urgente de todos os trabalhadores. Também na sexta-feira foram realizados atos de protesto em todo o país. No Rio de Janeiro, a manifestação foi na Central do Brasil. Novas atividades estão previstas para a próxima semana.